

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Popular*

Class.: *RO 110*

Data: *20.09.84*

Pg.: _____

4468

Apoena diz que o índio deve ser a prioridade

O sertanista Apoena Meirelles conversou a respeito dos programas do Polonoroeste, recentemente, com o cinegrafista brasileiro Vicente Rios e com o produtor britânico Adrian Cowell, responsável pelo documentário *The Decade of Destruction* (A Década da Destruição), já exibido pela televisão na Inglaterra, em uma série especial. O documentário é sobre a colonização em Rondônia e sobre os problemas de relacionamento entre brancos e índios na região. Este é o resumo da conversa, com as opiniões de Apoena.



O sertanista Apoena Meirelles é adorado pelos Índios Suruí

Apoena, o Projeto do Polonoroeste está quase na metade do caminho? Como você acha a parte do Projeto para os índios está saindo?

Apoena — O projeto Polonoroeste inicialmente foi benéfico para os índios. Quer dizer, quando serviu para regularizar uma série de questões relativas à invasão de muitas áreas indígenas. Como era o problema dos Nambicuaras, dos Suruí, do 7 de setembro e problemas também no Parque do Aripuanã.

Mas eu acredito que com o decorrer do tempo e a partir do momento em que se concretizou este investimento, passou a haver um pouco de pouco caso das autoridades do governo no sentido de continuar mantendo e respeitando estas áreas indígenas. E o caso do problema dos Nambicuaras. Quer dizer, foi demarcada, mas existe uma portaria, não existe um decreto assegurando aquela terra para os índios. Então, a partir do momento que existe uma portaria e não existe um decreto, essa portaria do ponto de vista jurídico ela é facilmente passível de ser cancelada.

Mas não era escrito dentro dos acordos entre o Banco Mundial e o governo brasileiro, que estas coisas para o índio deve sair? Era parte do acordo deles?

Apoena — É uma exigência do Banco. E o Banco tem realmente cobrado, mas eu não sei se realmente a execução tem sido realizada a contento. Porque nós temos aqui mesmo em Rondônia, áreas que já deveriam ter sido demarcadas, inclusive no ano passado. Como é a área dos índios Zorós, como é a área dos índios Uru, Uru Wau Wau e a área dos índios Karipunas. E recentemente mesmo, o problema da invasão do Igarapé Lourdes. Em abril teve uma equipe do Banco Mundial aqui e foi colocado na época este problema do Lourdes. Onde aproximadamente 700 famílias invadiram uma área demarcada e as providências a nível administrativo que nós solicitamos aos órgãos de segurança, nenhuma delas pôde ser atendida, tanto a Polícia Federal, quanto a Polícia Militar, exigiram que só tomaríamos providências após o mandado judicial. E entramos com uma ação de manutenção de posse, mas o Juiz não concedeu a liminar.

Por que não?

Apoena — Porque ele quer ouvir também o outro lado. Ele quer que a gente... mandou que fosse citado os invasores. Mas o problema é que a maioria desses invasores, na ocasião desse levantamento, que foi realizado pela FUNAI, eu acredito que está ocorrendo em grande parte aqui de Rondônia, a maioria deles já tinha passado estes lotes para outras pessoas. Então você vai ter que citar outras pessoas e não estas do primeiro levantamento.

Mas esta é a mesma situação como a invasão da Reserva Suruí, não? E ao fim, é exigência do Banco Mundial eles não vão entrar este empréstimo. Porque de fato arrumou alguma coisa lá.

Apoena — Sim, em relação aos Suruí o Banco fechou questão e foi conseguido. Mas facilitou o problema dos Suruí, porque o INCRA se comprometeu a reassentar estes invasores numa outra área. O que não pode

ocorrer com esta área do Lourdes. Porque se nessa área do Lourdes o INCRA reassentar estes colonos, isso vai se tornar um estímulo; a novas invasões de áreas indígenas. Porque o fluxo migratório para Rondônia é muito grande. Nem sempre o INCRA consegue assentar esse pessoal todo que chega. Então esse pessoal que chega, que não tem terra, que vai entrar ainda no processo de cadastramento, de titulação, essas coisas todas, eles não podem ficar com estas famílias esperando em Ji-Paraná, em Ariquemes, em Cacoal, até que o INCRA resolva, certo? Isso, seis (06) meses, um (01) ano depois. Então esse pessoal ao invés de ficar com a família ali passando fome e miséria e sem ter onde dormir, então ele entra no mato. Entra no mato. E onde acaba a colonização do INCRA e já começa a área da FUNAI, ele não vai morrer de fome como na cidade. Agora, segundo a nova postura do INCRA é o seguinte, que se ele fizer isto, estará estimulando a invasão de novas reservas indígenas e que vai obrigar a reassentar este pessoal. Porque este pessoal já não é uma ocupação de boa fé. É uma ocupação já de má fé, porque ele já chega lá e vê que já tem uma demarcação. Ele vê que tem um marco ali. Agora a FUNAI, deveria ter um recurso próprio dentro desse Polonoroeste, que seria para reavivar essas picadas de demarcação, colocando placas da FUNAI dizendo que é área indígena e tal. Isto deveria ser feito todo o ano com recursos do Polonoroeste. Além de recursos também para a fiscalização aérea. Então esse dinheiro todo de terras, esse dinheiro todo é feito por Brasília. O dinheiro é concentrado em Brasília. E Brasília empreita as firmas que vão demarcar e tal. Então deveria Brasília, ter um recurso para todo ano, todo verão, que é justamente a época que vai começar as novas derrubadas e tal. Em todas as áreas indígenas, reavivar as picadas de demarcação, ver os marcos e colocar novas placas indicativas.

Mas como você vê a resolução do problema no Lourdes?

Apoena — O problema do Lourdes é como eu já disse anteriormente, mudaram o nome do Igarapé. O que todo mundo sabe que se chama Pranhá, passou a se chamar Igarapé do MINÉRIO. E dentro dessa área do Igarapé do MINÉRIO o INCRA parece que titulouse 17 colonos. Isto foi o que estimulou realmente a invasão da área.

Você está falando da muita pressão da migração. Você acha que isso vai criar problema para as outras reservas da região?

Apoena — Vai criar problema. A partir do momento que a FUNAI realmente passe, dentro deste Programa do Polonoroeste, a destinar recursos para as Delegacias... (Pausa).

A partir do momento que a FUNAI der recursos para as delegacias para que elas possam, além desses recursos que você tem dentro, de uma programação normal de Polonoroeste. É uma programação mais voltada para equipamentos, para manutenção disso e daquilo outro. Você tem que ter recursos também para fiscalizar as áreas indígenas. Quer dizer, do Polonoroeste aqui nós temos um avião e esse avião quebrou em abril e só vai ficar pronto em outubro ou novembro. Então você não tem mais dinheiro para fretar avião, porque o orçamento da FUNAI praticamente acabou agora em todas as delegacias. Você só tem recursos do Polonoroeste. Então a tendência disso é aumentar e na atual situação a FUNAI não terá condições de policiar e fiscalizar es-

tas áreas indígenas. Porque não basta só você só demarcar a terra. Além de demarcar você tem que fiscalizar essa terra. Ter o controle sobre esta terra. Proceder o registro dessa terra no serviço do Patrimônio da União. Porque nada disso, vamos dizer... em Rondônia nós só temos cinco (05) áreas realmente registradas no SPV.

E as outras áreas não estão registradas e demarcadas porque o recurso não chegou para isto?

Apoena — Exato. Quer dizer, nós temos recursos que seriam destinados à demarcação de terras, presos em Brasília desde o ano passado. Porque não foram aplicados no ano passado e nem neste ano eles foram aplicados. Quando o pessoal do Banco Mundial teve aqui, nós havíamos conversado que seria demarcada pelo menos a área do Uru, Uru Wau Wau, que faz fronteira com a BR-364, de onde vem a maior pressão dessas frentes de colonização, e seria demarcada este ano. E até o momento, nem sequer um estudo, quer dizer, nem sequer um levantamento disso foi feito.

Nos outros problemas de recursos, só falta recurso na área de demarcação ou para outras áreas do seu trabalho está faltando recursos?

Apoena — O grande problema de recursos, também é no atraso na liberação desses recursos. Vamos dizer, você tinha recursos previstos dentro do Polonoroeste para este ano, para você aplicar ele em abril. Esse recurso foi liberado agora em julho, você está aplicando ele em agosto. Então a inflação no Brasil está mais ou menos, por baixo, dez por cento (10%) ao mês. Você já entrou na aplicação desse recurso, com 40% (quarenta por cento) defasado no valor aquisitivo desse dinheiro. Então você tem muita coisa aqui, muita coisa voltada para equipamento. Mas eu não sei se quando acabar o Polonoroeste, se esta delegacia vai ter condições de manter seis (06) carros, com os recursos só orçamentários. Só dela. Então eu acho que a fase de equipamentos, deve ser paralisada e todo este recurso do Polonoroeste deve se voltar para duas coisas: terra e saúde. Terra e saúde porque? Terra e saúde porque você pega um relatório do Banco Mundial e exige o seguinte: não foi se deveria fazer a borrifação das aldeias indígenas com o pessoal da SUCAM. Só que meu avião quebrou em abril eu estou esse tempo todo sem avião e sem dinheiro para fretar avião. Então para você fazer isto com a equipe da SUCAM, você precisaria no mínimo Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros); só para gastar com frete de aeronave. Você está com problema, vamos dizer de, dinheiro para deslocar a equipe volante de saúde. Dentro do Polonoroeste, você tem Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) por mês, para manutenção da equipe volante de saúde, Cr\$ 400.000,00 por mês é preço de uma hora de voo. Então eu tenho Cr\$ 400.000,00 em abril, Cr\$ 400.000,00 em maio, Cr\$ 400.000,00 em junho, Cr\$ 400.000,00 em agosto, no total de Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros). Cr\$ 4.800.000,00 vão dar aproximadamente, hora de voo está há Cr\$ 500.000,00, são dez (10) horas de voo. Então quer dizer, dentro desta programação aqui, a gente vê que realmente você não tem muitos recursos. O governo reduziu muito a cota de medicamentos da CEME, da Central de Medicamentos. Então a quota da FUNAI, desta Delegacia, para atender toda a área são Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) para atender o ano todo, para compra de medicamentos. Isto é

ínfimo, quer dizer, diante da população indígena daqui. E você vai ter dentro do Polonoroeste Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros).

Tem um outro problema, eu sei porque eu ouvi você falando, tem um grupo ainda desconhecido no Alto Cantário, no Alto São Miguel e Alto Rio Branco. Você acha que a estrada 429 que está passando lá pode criar choques com estes grupos de índios?

Apoena — Antes de te responder, estes dados que eu estou te dando, se referem só à 8ª DR. A sede da 8ª DR. Só para um exemplo.

O problema da 429 é um problema que a gente, quer dizer, a gente volta ao problema de terra. Se você pegar esta programação aqui, ela só fala em equipamentos, instalação de casa do índio e coisa... mas você precisaria ter dentro deste programa do Polonoroeste, ter um dinheiro disponível nas Delegacias, para se antecipar a todos esses projetos de colonização. A todas essas aberturas de estradas. Eu não tenho dinheiro suficiente para fazer sobrevôo dentro de uma área. Então a partir do momento que você não tem dinheiro suficiente para fazer este sobrevôo, você não sabe o que está acontecendo lá na frente da 429. Eu precisaria ter dinheiro e poder contratar pessoal, porque você não pode contratar pessoal. Para pagar gente, colocar fazendo levantamentos de índios que você ainda não conhece. Então vamos dizer, estas áreas das cabeceiras do São Miguel, cabeceiras do Cantário, as Cabeceiras do Rio Branco, nessa região ali, presumivelmente existem índios ainda não contactados. Mas você não tem recursos para expandir mais este trabalho. Você teria que ter um recurso destinado justamente a proceder um levantamento de todas estas áreas. Então todo Projeto do INCRA, antes de ser aprovado, deveria se exigir que a FUNAI entregasse uma Certidão Negativa dizendo que onde aquele Projeto pretende se estabelecer não existe índio. Isso já existe em relação aos Projetos da SUDAM. Mas deveria também constar dentro dos Projetos do INCRA.

Então o INCRA teria que propor para a FUNAI, pretendemos estabelecer um Projeto de Colonização em tal área de tal limite e tal. Gostaríamos que vocês se manifestassem dizendo se tem índio ou não. Então você teria recursos para mandar uma equipe lá para verificar isso.

Então em relação com os índios, aquela estrada está andando completamente, cega, não?

Apoena — Completamente cega. Completamente cega.

Mas este é outro problema de Rondônia também, não?

Apoena — Mas porque se você falar que são Cr\$ 7.000.000,00 para toda área, não são Cr\$ 7.000.000,00 para toda área. São Cr\$ 7.000.000,00 para comprar medicamentos, mais para a sede da Delegacia. Vamos dizer, o PQ, ARI teve ter mais 5 milhões. Guajará Mirim mais 5 milhões para compras de medicamentos durante o ano. O que eu quis esclarecer ali que não era 7 milhões para a área da Delegacia, vai dar uns 5 milhões para PQ, ARI e uns 5 milhões para Guajará.

E nenhum desses recursos é bastante?

Apoena — Não. Para o número de índios que você tem que atender e com a falta de recursos da CEME é muito pouco, muito reduzido.

Você acha que já tinha alguns invasores da Reserva Uru, Uru Wau Wau com esta estrada 429 prosseguindo lá, você acha que vai ter mais invasões?

Apoena — Vai. Mesmo sem a 429 nós já tiramos um grupo de garimpeiros que estava a aproximadamente 5 km ali de Comandante ARI. Quer dizer, era garimpeiros. Então o grande problema de Rondônia é esse, devido a falta de empregos no País, a tendência dessas pessoas é entrar nas áreas, não só na fase de colonização, como na fase de garimpagem, porque o próprio governo continua a estimular a migração para Rondônia, mas ele não tem realmente condições de absorver este fluxo migratório que está vindo para cá.

E o problema da causa do índio é que eles não estão esperando uma Certidão Negativa do INCRA?

Apoena — É, quer dizer, eu acho que a FUNAI teria que ser ouvida antes de se estabelecer estes projetos de colonização.